



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE TOMAR DO GERU DA COMARCA DE CRISTINÁPOLIS NO ESTADO DE SERGIPE.

PROCESSO Nº: 201967100102

AUTOR: JOSÉ MACIEL DA SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

JOSÉ MACIEL DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos da Reclamação de indenização por danos morais cumulada com repetição do indébito, tombada sob o número em epígrafe, que move em desfavor da Empresa SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, que, inconformada com a Sentença monocrática, que acertadamente condenou a reclamada ao pagamento de indenização no importe de R\$ 1.687,50, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar tempestivamente **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**, com fundamento no artigo Art. 1.010 § 1º do CPC, sustentando a improcedência do apelo combatido, pois, deve permanecer irretocável a louvável Sentença de piso, no que atine aos motivos de reforma da sentença arguidos pelo recorrente, devendo, após o regular recebimento, serem remetidos os autos ao Tribunal de Justiça Estado de Sergipe, com as contrarrazões que seguem em anexo.

Nestes termos, pede deferimento

Tomar do Geru/SE, 15 de junho de 2020.

José Lenilson Santana Cruz Advogado,
OAB 7.784/SE





EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DOUTORES DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

PROCESSO Nº: 201967100102

ORIGEM: TOMAR DO GERU/SE

APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

APELADO: JOSÉ MACIEL DA SILVA

EGRÉGIA CÂMARA RECURSAL

ÍNCLITOS JULGADORES

JOSÉ MACIEL DA SILVA, vem, perante esta Turma de Recursos, apresentar suas contrarrazões ao recurso interposto pela Empresa SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, que, malcontente com a louvável sentença *a quo*, recorre insistindo na tese de relação jurídica com o apelado, todavia, não assiste razão a recorrente conforme se verá:

I – DOS FATOS

Ingressou o autor com uma ação de conhecimento contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, visando indenização por dano, por ter sofrido acidente de trânsito e não recebido o valor decorrente do seguro obrigatório.





Devidamente instruído, foi o feito para julgamento.

Na Sentença, fora julgado procedente em parte o feito, contendo a seguinte parte dispositiva:

III- DISPOSITIVO Ante todo o exposto, extingo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do CPC, ao passo que JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pleito autoral para condenar a seguradora requerida ao pagamento de R\$ 1687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de indenização do seguro DPVAT, a ser observada correção pelo INPC, a partir da data do evento danoso, mais juros de mora de 1% a.m. contados da citação. Condeno a requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação, consoante art. 85, § 2º, do CPC. Defiro o requerimento de 11/05/2020 formulado pelo expert. Expeça-se alvará judicial no valor de R\$ 250,00 mais os acréscimos legais porventura existentes em favor de Leandro Koiti Tomiyoshi, CRM 3730. Acaso o perito solicite, desde já, autorizo, em razão da pandemia da COVID-19, o Cartório da Comarca de Cristinápolis a determinar que o BANESE proceda com a transferência do valor para a conta judicial constante no pedido de fls. 171. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Inconformada, interpôs a recurso, no qual, insiste em tese nova no processo de que os documentos acostados não comprovam a ocorrência do sinistro e, por este motivo, deve o intento autoral ser julgado improcedente.

Eis os acontecimentos.

II – DA IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO- INOVAÇÃO PROCESSUAL

Sábios Julgadores, como já amplamente demonstrado nos presentes autos, não existe fundamento para que se julgue improcedente a pretensão autora, sendo que, agora, em sede de apelação a apelante afirma que os documentos acostados quando da inicial, não comprovam o evento danoso e, por conseguinte não existe nexos entre o dano e os fatos. Hora, da simples análise dos autos infere-se que a recorrente firma nova tese e que os seus argumentos já estão todos acobertados pela PRECLUSÃO eis que, deveriam ter sido firmados quando da inicial e assim não o fez, e agora, após o julgamento processual em evidente INOVAÇÃO DE TESES as quais deveriam ser invocadas no início da lide para que o sentenciante pudesse enfrenta-las.





De toda sorte, a aventura do apelado esbarra na consistente prova documental acostada aos autos a comprovar que o recorrido sofreu sim o acidente narrado na inicial, sobretudo, se observarmos que às fls. 42 ss. consta o PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO MÉDICO QUE COMPROVA OS PROCEDIMENTOS A QUAL O AUTOR FOI SUBMETIDO E NECESSÁRIOS A AMENIZAR SEUS TRAUMAS, sendo transluzente em tal documento datado em 17/11/2018 que o **“paciente deu entrada no HUSE vítima de acene-te de moto, apresentando corte profundo no joelho”**.

Assim percebe-se ser devido em decorrência do acidente a indenização fixada na sentença, porquanto a perícia foi crucial para se estabelecer os danos suportados pelo apelado em decorrência do acidente de trânsito sofrido.

Por fim, observe-se que a sentença foi proferida na mais perfeita e harmoniosa jurisprudência, vejamos:

Em suas alegações finais, o requerido, argumenta que o autor, na data do sinistro, encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório, não havendo que se falar, nesse caso, em cobertura do seguro DPVAT. Sem razão ao requerido. Explica-se.

Isso porque, nos termos do enunciado contido na Súmula n.º 257/STJ, a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Como visto, não se sustenta a tese levantada, vez que, a apelante é sim responsável pelos danos causados e é devida indenização decorrente do sinistro envolvendo o apelado.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer o apelante:

A) seja julgado improvido o recurso apresentado pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, confirmando-se a procedência da pretensão autoral;





B) sejam majorados os honorários de advogado fixados no primeiro grau.

Nesses termos, pede deferimento.

Tomar do Geru/SE, 15 de junho do ano de 2020, após Nosso Senhor Jesus Cristo.

José Lenilson Santana Cruz
Advogado, OAB/SE 7.784.

